

JUVENTUDE CAMPONESA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Para resumos das modalidades Comunicação Oral e Pôster:

O título deve ter no máximo 12 palavras e o resumo deve **ter no máximo 3.000 caracteres (inclui espaços), além de três palavras-chave; deverão ser incluídos diretamente no campo do formulário de nossa home page (não há formatação específica). Deve conter:** introdução (incluir aspectos da literatura que ressaltem a relevância científica do estudo, definir conceitos principais, descrever os objetivos de forma clara), método (descrever participantes, ambiente, instrumentos/materiais e procedimentos utilizados na coleta dos dados), resultados (descrever a síntese do que foi obtido com o estudo) e discussão. O resumo não poderá conter tabelas, figuras, imagens, caracteres especiais, notas de rodapé, citações, referências ou os títulos das partes (introdução, objetivos etc). Quando houver, especificar fonte de financiamento ou agência financiadora para a realização do estudo.

A política de desenvolvimento territorial é considerada como uma das inovações na realização de políticas públicas destinadas a reduzir as enormes desigualdades sociais e regionais que marcam os processos de desenvolvimento brasileiro. No esforço por articular as diversas dimensões do desenvolvimento - crescimento e dinamização econômica, respeito e preservação ambiental e cultural, inclusão e igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia, gerações..., aperfeiçoamento da participação democrática. Há firme propósito de incluir os diversos segmentos sociais presentes nos territórios, especialmente aqueles que historicamente foram excluídos, como mulheres, jovens, negros, portadores de necessidades especiais. Contudo, na prática sente-se que ainda há enormes limitações para garantir a participação destes segmentos. Por outro lado, consta-se uma crescente retomada da capacidade mobilizadora da juventude em diversos setores da sociedade, da cultura, da política, articulados em torno do paradigma do “protagonismo juvenil”. O presente projeto deseja justamente articular estas forças criativas da juventude com a política de desenvolvimento Territorial em um Território particular Estado de Pernambuco, a Zona da Mata Norte. Para isso realiza uma parceria entre a UFRPE, a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (FETAPE), que assume um intenso trabalho com jovens camponeses, e com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Zona da Mata Norte de Pernambuco, que busca condições para incorpora os jovens em sua dinâmica de funcionamento.

Particularmente para a juventude do meio rural, após diversas análises que apontavam para um “esvaziamento do campo”, pesquisas recentes demonstram que há uma intensa diminuição da migração campo – cidade no Brasil, especialmente entre os jovens. Ao mesmo tempo em que se percebe um aumento da capacidade mobilizadora dos jovens do meio rural, os principais movimentos sociais do campo no Brasil, a exemplo do movimento sindical (sistema CONTAG, federações e sindicatos), do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terras), MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais), da Articulação das Comunidades Quilombolas, criaram secretarias ou outros organismos específicos de jovens.

Resultados

esforço mobilizador, apoiando as iniciativas das próprias organizações juvenis do Território da Zona da Mata Norte de Pernambuco. Tal iniciativa parte da constatação de que, apesar dos avanços, as organizações juvenis, bem como a sociedade civil em geral, são marcadas por muitas fragilidades uma vez que enfrenta espaços novos de participação. Acostumados aos movimentos reivindicatórios e às mobilizações ou pressões para o atendimento de suas demandas, os movimentos são agora convocados ao espaço da proposição e negociação de

políticas, o que provoca vários desafios e novas perspectivas para sua metodologia de intervenção e de organização.

OBJETIVOS

- Apoiar as iniciativas da juventude camponesa pernambucana, articuladas pela Secretaria de juventude da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (FETAPE), e do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Zona da Mata Norte, na busca de ampliar os seus direitos coletivos, transformando suas demandas em políticas públicas;
- Consolidar as organizações próprias da juventude camponesa, bem como, as instâncias ou outros organismos de representação da juventude rural no interior dos movimentos sociais rurais, especialmente do movimento sindical, e de espaços plurais de representação social, como o Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Zona da Mata Norte;
- Contribuir para que as iniciativas pela inclusão social e exercício da cidadania dos e das jovens do meio rural pernambucano, avancem no rumo de uma participação efetiva na elaboração, proposição e negociação de políticas públicas capazes de construir alternativas de convivência e desenvolvimento no meio rural;
- Afirmar uma presença da UFRPE entre a juventude do meio rural pernambucano, despertando entre estes jovens o interesse para realizar cursos universitários, especialmente na Universidade Rural;
- Possibilitar a jovens estudantes de ciências sociais da UFRPE, a oportunidade de um trabalho direto com as comunidades rurais e a perspectiva de elaborações teóricas a partir destas experiências;
- Criar mecanismos que articulem ensino – pesquisa e extensão nas práticas acadêmicas da UFRPE, desenvolvendo entre os alunos e alunas da instituição o gosto e a capacidade para viabilizar tal articulação.

teorias

A fundamentação teórica da presente proposta busca articular uma “triangulação” de perspectivas que, consideramos necessárias para uma análise contemporânea das questões da participação social nos rumos do desenvolvimento. Deste modo, trataremos da abordagem territorial, como parte do enfoque das teorias sobre transformações do campesinato, e como enfoque contemporâneo das políticas públicas para o meio rural brasileiro; as teorias dos jovens como atores sociais; e as teorias dos novos movimentos sociais, particularmente com as suas categorias de identidade, conflito e totalidade.

Para a abordagem territorial partimos da tradição dos estudos sobre campesinato, considerando o meio rural como a articulação do espaço físico, com o lugar onde se vive, um modo de vida em torno do qual se constrói identidade, e do lugar de onde se vê o mundo, a partir de onde se elabora uma concepção de mundo e de relações (WANDERLEY, 2000). Para a abordagem territorial, articularemos tais conceitos, com o esforço recente de construção de uma política nacional de desenvolvimento regional, em que se destaca que “ A política de

desenvolvimento regional não pode deixar de ter entre seus objetivos fundamentais a questão da *redução sistemática das desigualdades regionais* que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais” . (ARAÚJO, Tania Bacelar Araújo, Por uma política nacional de desenvolvimento Regional).